

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.349.427 - TO (2018/0213639-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : BANCO DA AMAZONIA SA  
**ADVOGADOS** : FERNANDA RAMOS RUIZ - TO001965  
KEYLA MÁRCIA GOMES ROSAL - TO002412  
ELAINE AYRES BARROS - TO002402  
JOSÉ FREDERICO FLEURY CURADO BROM - TO002943  
**AGRAVADO** : EDMAR LOPES DE FREITAS  
**ADVOGADOS** : ELISÂNGELA MESQUITA SOUSA - TO002250  
WYLKYSON GOMES DE SOUSA - TO002838

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo de BANCO DA AMAZONIA SA em face de decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal de Justiça Estadual, assim ementado (fl. 290):

*APELAÇÃO. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. LIMITE DE CHEQUE ESPECIAL. DÉBITO INEXISTENTE. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO CADASTRO INTERNO. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA QUE NÃO SE DESINCUMBIU DE COMPROVAR A ORIGEM DO DÉBITO. DANO MORAL. CONFIGURADO.*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante sustenta dissídio jurisprudencial e ofensa aos artigos 330 e 535 do CPC/1973 (atuais artigos 373, 489 e 1022 do CPC/2015).

Aduz, em síntese, negativa da prestação jurisdicional e a inexistência do seu dever de indenizar, em razão da ausência da prática de ato ilícito por sua parte, bem como a falta de comprovação do dano.

Requer *"seja reconhecido o cerceamento de defesa, porque o banco não teve oportunidade de provar o alegado, e por fim, que seja nula a sentença e Acórdão, com retomada do processo, com designação do auto de audiência e juntada de novos documentos, já que o caso narrado não é presumido."* (fl.361).

É o relatório. Decido.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a*

*partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".*

Não prospera a alegada ofensa aos arts. 489 e 1022 do Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

O direito de defesa é efetivamente cerceado na hipótese em que o magistrado julga antecipadamente a lide, indeferindo a produção de provas previamente requeridas pelas partes, e conclui pela procedência ou improcedência da demanda, com fundamento na falta de comprovação do direito alegado na inicial ou na peça defensiva, conforme verificado na espécie.

No tocante ao alegado cerceamento de defesa e ao mérito da questão controvertida, a r. Sentença e o v. Acórdão asseveraram, respectivamente:

*(..) o autor nega peremptoriamente que tenha dívida para com o banco da requerida, a pessoa jurídica requerida o banco da Amazônia por sua vez não trouxe nenhuma explicação acerca dessa dívida, nenhuma. Pude ler com cuidado com zelo a contestação e não houve nenhuma explicação, nenhuma. Cabe a requerida que seria supostamente detentora do crédito explicar apenas a origem desse crédito, explicar de onde surgiu mais de 100.000,00 reais, de dívida, ela teria que trazer. Outra questão importante que não existe prorrogação de prazo para trazer documentos, os documentos que o Banco da Amazônia detinha já deveria todos ser trazidos juntos com a contestação, em razão até do princípio da preclusão, não existe reabertura sucessiva de prazo para que as partes juntem documentos quando já poderia ter sido juntado quando da contestação.(...) a requerida apresentou contestação em fevereiro quando não existia greve nenhuma de Banco nenhum, nem de bancário nenhum, nem greve nenhuma em setor nenhum do Brasil, e nem do Estado do Tocantins e nem de Palmas e nem de qualquer lugar do mundo em que se tenha conhecimento, portanto não havia dificuldade de obter os documentos. A requerida teve prazo suficiente querendo, primeiro lugar teve prazo da contestação para produzir toda prova documental que dispunha, em segundo lugar até a data de hoje a requerida poderia ter juntado, ou seja, ela teve, ela apresentou contestação em 07 de fevereiro, ela teve fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, oito meses para juntar querendo qualquer documento.*

*Creio com o devido enorme elevadíssimo respeito que, passado os oito meses de juntado da contestação, pedir prazo para juntar*

*documentos não é a conduta tecnicamente aceitável. Mormente quando a requerida na constelação não aponta da onde surgiu por ordem divina a dívida que hoje, quando o autor ingressou com ação alcançava a cifra de R\$105.861,31, até porque o autor junta um extrato aqui falando de um valor de R\$1.100,00 e que desse valor de R\$ 1.100,00, hoje estaria R\$105.861,31, seria interessante que a requerida trouxesse alguma explicação plausível, bastava que trouxesse uma explicação humanamente razoável para que entendêssemos mais aqui o pleito, o problema e que a requerida não trouxe nenhuma explicação plausível, se limitou a tecer comentários, negando em termos gerais o que não é cabível sabemos, a negativa geral não é admitida no nosso direito em razão do disposto do artigo 299, e §único do artigo 300 do CPC. O nosso direito não comporta a chamada negativa geral. Quem contesta tem o chamado ônus da impugnação especificada dos fatos, então falar apenas exclusivamente sobre pedido da assistência judiciária que deve ser negado, inexistência de relação do consumo, impossibilidade de inversão do ônus da prova, que o Banco não praticou o ato lícito que não existe dano indenizável, não tem a menor cabimento a posição processual que o Banco da Amazônia se encontra era de trazer aos autos e dizer olha o autor deve o valor de x em razão do contrato y, porque ele tomou emprestado valor z que corrigido monetariamente chegou a isso com juros etc. mas não houve nenhuma explicação.*

*E, portanto, essas explicações não eram pra surgir na instrução processual. Essas explicações tinham que vir na contestação, em razão não apenas do princípio da preclusão, mas em razão do princípio da concentração dos atos processuais. O ilustre professor Humberto Theodoro Junior, fala que no direito processual civil brasileiro não é possível a guarda de trunfos, a pessoa não pode deixar, guardar argumentos para alegações finais, para instrução processual, não é possível, não existe isso no direito brasileiro, se isso pode ser existente, por exemplo, no direito americano, anglo-saxão. **No direito brasileiro não existe; se a parte tem alguma matéria de defesa tem que ser argüida toda a matéria de defesa artigo 300 CPC, toda ela na contestação, toda de forma esgotante, agora a prova da matéria poderia ficar postergada para instrução, mas o que iria ser alegado como defesa já teria que vir na contestação.** (fls. 174/178, n.g)*

*Infere-se dos autos, que a causa de pedir foi lastreada em dívida que o apelante apontou ser indevida no valor de R\$ 105.861,31, o qual alegou não conhecer, razão pela requereu a declaração de inexistência do débito e a condenação do apelado ao pagamento de danos morais.*

*É notório que fato de a instituição financeira manter anotação interna impeditiva da concessão de crédito não merece censura pelo Judiciário, tendo em vista não ofender os direitos de*

*personalidade do consumidor, porquanto a autonomia da vontade nos contratos faculta a escolha, pela instituição financeira, com quem deseja contratar.*

*Deveras que tal situação ocorre quando se trata de cobrança realmente contraída pelo consumidor, porém não é o caso vertente, infere-se dos autos que o banco apelado não acostou nos autos documentos, a fim de corroborar que o respectivo débito foi realmente obtido pelo consumidor.*

*Infere-se dos autos, que a causa de pedir foi lastreada em dívida que o apelante apontou ser indevida no valor de R\$ 105.861,31, o qual alegou não conhecer, razão pela requereu a declaração de inexistência do débito e a condenação do apelado ao pagamento de danos morais.*

*É notório que fato de a instituição financeira manter anotação interna impeditiva da concessão de crédito não merece censura pelo Judiciário, tendo em vista não ofender os direitos de personalidade do consumidor, porquanto a autonomia da vontade nos contratos faculta a escolha, pela instituição financeira, com quem deseja contratar.*

*Deveras que tal situação ocorre quando se trata de cobrança realmente contraída pelo consumidor, porém não é o caso vertente, infere-se dos autos que o banco apelado não acostou nos autos documentos, a fim de corroborar que o respectivo débito foi realmente obtido pelo consumidor.*

*Infere-se dos autos, que a causa de pedir foi lastreada em dívida que o apelante apontou ser indevida no valor de R\$ 105.861,31, o qual alegou não conhecer, razão pela requereu a declaração de inexistência do débito e a condenação do apelado ao pagamento de danos morais.*

*É notório que fato de a instituição financeira manter anotação interna impeditiva da concessão de crédito não merece censura pelo Judiciário, tendo em vista não ofender os direitos de personalidade do consumidor, porquanto a autonomia da vontade nos contratos faculta a escolha, pela instituição financeira, com quem deseja contratar.*

*Deveras que tal situação ocorre quando se trata de cobrança realmente contraída pelo consumidor, porém não é o caso vertente, infere-se dos autos que o banco apelado não acostou nos autos documentos, a fim de corroborar que o respectivo débito foi realmente obtido pelo consumidor.*

*Conforme asseverado pelo magistrado singular, senão, veja-se:*

*“[...] o banco da Amazônia por sua vez não trouxe nenhuma explicação acerca dessa dívida, nenhuma. Pude ler com cuidado com zelo a contestação e não houve nenhuma explicação, nenhuma. Cabe a requerida que seria supostamente detentora do crédito explicar apenas a origem desse crédito, explicar de onde surgiu mais de R\$ 100.000,00 reais, de dívida, ela teria que trazer.*

*Assim sendo, ao que **tudo indica** o débito imputado ao apelante **foi oriundo de fraude ou má prestação de serviços**, situação que deveria ser afastada pelo apelado por meio de documentos, a fim de comprovar a existência da dívida adquirida pelo consumidor.*

*Ainda que se verifique a ocorrência de fraude, a instituição financeira deve responder objetivamente pelos danos causados, uma vez que lhe incumbe precaver-se das fraudes perpetradas (fortuito interno), em razão dos deveres básicos contratuais de cuidado e segurança, não se cogitando de excludente de responsabilidade.*

*Frisa-se que informações fornecidas pelas instituições bancárias afiguram-se como restritivas de crédito, haja vista que esse sistema de informação avalia a capacidade de pagamento do consumidor de serviços bancários.*

*É inegável, clarividente, assim, o defeito no serviço prestado e, por conseguinte, inexistente a dívida pelo qual está sendo cobrada. (...)*

*Quanto ao exame das alegações do BANCO DA AMAZÔNIA S.A., infere-se dos autos, que **não há de se falar em cerceamento de defesa, considerando-se que a instituição fora intimada de todos os atos processuais, porém, não acostou nos autos qualquer documento para comprovar que o consumidor realmente adquiriu o respectivo débito.***

*Como consignado na sentença recorrida, no sentido de que o apelado teve a contestação para produzir toda prova documental que dispunha, mas não o fez, querendo após oito meses da apresentação da contestação acostar documentos nos autos.*

*Também, não merece prosperar a alegação de que os documentos não foram acostados, em razão da greve dos bancários, considerando-se que quando apresentou contestação inexistia greve da classe bancária.*

*É importante destacar a inexistência da prorrogação de prazo juntada de documentos, sendo que estes deveriam ter sido acostados junto com a contestação, em razão do princípio da preclusão, não existe reabertura sucessiva de prazo para que as partes juntem documentos quando oportunizado o direito de defesa.*

*Portanto, chego à conclusão de que não houve cerceamento de defesa, bem como não houve impedimento do banco apelante no direito de produzir provas, a fim de desconstituir as alegações do consumidor.(fls. 284/291)*

Nesse contexto, observa-se que o Juízo *a quo*, indeferiu a produção de prova requerida pela parte ré, julgando antecipadamente a lide e acolheu o pedido autoral por falta de provas da dívida pelo banco, sob o fundamento de que o recorrente não se desincumbiu do ônus de provar os fatos mencionados na sua peça de defesa de modo a desconstituir as alegações do autor, tendo sido confirmada a sentença pelo eg. Tribunal

de origem.

Contudo, não se pode perder de vista que o direito de defesa é efetivamente cerceado na hipótese em que o magistrado julga antecipadamente a lide, indeferindo a produção de provas previamente requeridas pelas partes, e conclui pela procedência ou improcedência da demanda, com fundamento na falta de comprovação do direito alegado na inicial ou na peça defensiva, tal como ocorreu na espécie.

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes julgados:

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. JULGAMENTO ANTECIPADO. IMPROCEDÊNCIA FUNDADA NA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. INDEFERIMENTO DA PRODUÇÃO DAS PROVAS. CERCEAMENTO DE DEFESA OCORRÊNCIA.**

**1. Configura cerceamento de defesa o procedimento adotado pelo magistrado que indefere o pedido de produção de provas oportunamente especificadas e, na sequência, julga improcedente o pedido exatamente por falta de comprovação do alegado. Precedentes.**

**2. Hipótese em que o magistrado julgou antecipadamente improcedente os embargos à execução fiscal.**

**3. Agravo interno não provido**

(AgInt no REsp 1459326/SC, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 16/05/2017)

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. USURA. CERCEAMENTO DE DEFESA. AGRAVO PROVIDO.**

**1. Em homenagem ao princípio da economia processual e autorizado pelo princípio da fungibilidade, devem ser recebidos como agravo regimental os embargos de declaração que contenham intuito infringente.**

**2. "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório" (Súmula 98/STJ).**

**3. Configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide, com a rejeição da produção de prova voltada precisamente a demonstrar a alegação de prática de usura, cuja existência foi negada na sentença e no acórdão recorrido por falta de prova.**

**4. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, a que se dá provimento.**

(EDcl no Ag 1211954/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 27/03/2012, DJe 11/04/2012)

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. PRODUÇÃO DE PROVAS NECESSÁRIAS PARA O EXAME DA CONTROVÉRSIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS 7/STJ E 283/STF. NÃO INCIDÊNCIA.*

*1. A verificação de cerceamento de defesa com o julgamento antecipado da lide em que se concluiu pela improcedência do pedido por falta de comprovação do fato constitutivo do direito constitui questão de direito que afasta a incidência da Súmula 7/STJ.*

*2. Há cerceamento de defesa quando o juiz indefere a realização de prova oral e pericial, requeridas oportuna e justificadamente pela parte autora, com o fito de comprovar suas alegações, e o pedido é julgado improcedente por falta de provas. Precedentes.*

*3. Fundamento do acórdão recorrido quanto à validade do negócio jurídico que não subsiste face ao reconhecimento do cerceamento de defesa.*

*4. Agravo não provido.*

(AgRg no REsp 1.415.970/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe de 15/8/2014)

Diante do exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, dar-lhe provimento, decretando a nulidade da r. Sentença e do acórdão, por cerceamento de defesa, e determinando, com isso, o restabelecimento da fase instrutória e, assim, oportunizada à parte a produção das provas requeridas.

Publique-se.

Brasília, 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator